



Anais da Assembléia

Nº 118

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE OUTUBRO DE 1990.

ANO XVI

Atos da Presidência:

LEI Nº 9.406

DATA: 05 de outubro de 1990.

SÚMULA: Cria o município de ÁGUA BOA, com território desmembrado do município de PAIÇANDU, com sede e localidade do mesmo nome, com as divisas do Distrito Administrativo criado pela Lei nº 5161/90 de 21 de junho de 1965.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º, do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o município de ÁGUA BOA, desmembrado do município de PAIÇANDU, obedecendo as divisas que especifica conforme memorial descritivo abaixo:

Ponto inicial e final: Foz do ribeirão Chapecó no ribeirão Bandeirantes do Sul.

Descrição: Do ponto inicial, sobe pelo ribeirão Chapecó (divisa intermunicipal com Ourizona) até encontrar a linha de divisa intermunicipal com Paiçandu; segue por esta divisa em linha reta e seca sentido Norte-Sul cortando o lote 14 e passando pela divisa dos lotes 176, 83, 131 (inclusive) e 82, 130 (exclusive) até o Córrego do Fugitivo; desce por este até sua foz no ribeirão Bandeirantes do Sul; sobe por este até o Córrego Babaçu; Córrego Babaçu até a divisa dos lotes 433, 426, 31 (inclusive) e 444, 434, 427 e 30 (exclusive); pela divisa dos lotes retro citados sentido Norte-Sul até a nascente do Córrego Calixto; Córrego Calixto até sua foz no ribeirão Paiçandu (divisa intermunicipal com Ivatuba); deste ponto por linha reta e seca sentido Leste-Oeste (divisa intermunicipal com Doutor Camargo) cortando os lotes 48, 92, 100 e 111 até a Estrada Graças a Deus; deste ponto, por linha reta e seca no sentido Leste-Oeste, passando pela divisa do lote 257 (inclusive) até a nascente da Água do Corote; Água do Corote até sua foz no ribeirão Bandeirantes do Sul; desce por este até a foz do ribeirão Chapecó, ponto inicial e final.

Parágrafo Único - A área territorial urbana da sede do município de Água Boa, criado pela presente Lei obedecerá as divisas que especifica conforme memorial descritivo abaixo:

Limite do Perímetro Urbano do
Município de Água Boa

Inicia no cruzamento da Rua Nova Espe-

rança com a divisa do Pátio da Estação Ferroviária e dos lotes 318 a 321 e 323; e pela divisa do Pátio da Estação Ferroviária e os lotes 318 a 321 e 323, até atingir a Rua Florai, seguindo por esta até a Avenida Bandeirantes, e por esta até a divisa das Quadras 8, 9, 24 e 25 e os lotes 324 a 327, seguindo por esta divisa até a Rodovia Engº Osvaldo Pacheco de Lacerda (PR-323); pela Rodovia Engº Osvaldo Pacheco de Lacerda (PR-323), até a divisa das Quadras 32, 17, 16 e 01, e os lotes 311 a 314, e por esta divisa até atingir a Avenida Bandeirantes até a Rua Nova Esperança; pela Rua Nova Esperança até o cruzamento com a divisa do Pátio da Estação Ferroviária e os lotes 318 a 321 e 323 ponto inicial e final.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.10.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 060/90

DATA: 30 de agosto de 1990.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Laranjeiras do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de RIO BONITO.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Art. 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no município de Laranjeiras do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de RIO BONITO:

"Inicia-se junto às cabeceiras do rio Crim, deste ponto segue o referido rio a jusante, até encontrar o reservatório da Usina de Salto Santiago, confrontando com terras do município de Laranjeiras do Sul; segue a jusante, pela margem do reservatório da represa de Salto Santiago até a barragem; deste ponto ainda a jusante, agora pelo rio Iguaçu até encontrar o reservatório da Usina de Salto Osório, segue margeando a referida represa até a foz do rio das Cobras, confrontando com terras

dos municípios de Chopinzinho e Sulina; segue a montante pelo rio das Cobras até encontrar a ponte da estrada de rodagem que liga Laranjeiras do Sul a Quedas do Iguaçu, confrontando com terras do município de Quedas do Iguaçu; deste ponto segue pela referida estrada de rodagem na direção de Laranjeiras do Sul até a sede do patrimônio Km 130, confrontando até o rio Xagu com o futuro município de Nova Laranjeiras e do rio Xagu até o Km 130 com o município de Laranjeiras do Sul; da sede do Km 130, segue por uma linha reta de aproximadamente 7.000 metros, encontrando a estrada asfaltada BR-158 e a encruzilhada da estrada municipal do Arroio Novo, confrontando com terras do município de Laranjeiras do Sul, deste ponto segue por linha reta de aproximadamente 6.500 metros até o ponto inicial desta descrição, confrontando com terras do município de Laranjeiras do Sul."

Memorial Descritivo da Sede do Município de Rio Bonito

"Partindo do ponto locado junto à faixa de domínio da BR-158, deste ponto a rumo 13°49'SE, mede 35,10 m., segue rumo 29°15'SE, mede 583,00 m., confrontando com terras do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Rio Bonito, segue por linha reta de 594,00 m., confrontando com terras de Emílio Ceslak, segue por linha seca até a faixa de domínio da BR-158, confrontando com terras de Eduardo Dabreski, segue por linha seca acompanhando a faixa de domínio da BR-158, confrontando com terras da referida estrada, até o ponto inicial desta descrição."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.08.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO N° 061/90

DATA: 30 de agosto de 1990.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Irati, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de GONÇALVES JÚNIOR.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Art. 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no município de Irati, para que a respec-

tiva população decida sobre a criação do município de GONÇALVES JÚNIOR, com as seguintes divisas:

"1 - Com o município de Guaramirim: Começa na confluência do rio Mato Queimado com o rio da Campina, sobe por este até a linha de alta tensão de energia elétrica da COPEL, segue por esta até o ponto de intersecção da encosta da Serra da Esperança.

2 - Com o município de Inácio Martins: Começa na Serra da Esperança no ponto de intersecção da linha de alta tensão de energia elétrica da COPEL com a encosta, segue por esta até defrontar com a cabeceira principal do rio dos Patos.

3 - Com o município de Prudentópolis: Começa na Serra da Esperança, na escosta (ou cumiada), defronte à cabeceira principal do rio dos Patos, segue por esta até alcançar a cabeceira do rio dos Patos, desce por este até a foz do rio Riozinho, deste ponto segue por uma linha reta e seca até a confluência do rio Ponte Alta com o rio da Guabiroba, sobe por este até a foz do rio dos Coxos, sobe por este até sua cabeceira mais alta no cerro da Nha Cota.

4 - Com o município de Imbituva: Começa no cerro da Nha Cota, por uma linha reta e seca (que inicia-se na cabeceira mais alta do rio dos Coxos), segue por esta até a Rodovia BR-277 (como ponto de referência, esta linha vai à foz do rio do Tigre e do rio Caratuva).

5 - Com o município de Irati: Começa no ponto de intersecção de uma linha reta e seca com a Rodovia BR-277, segue por esta até a estrada Gonçalves Júnior a Irati, segue por esta até a linha de energia elétrica da COPEL, segue por esta até a estrada Gonçalves Júnior à Linha Velha, segue por esta até a estrada para Linha Velha, segue por esta até o rio Mato Queimado, desce por este até a foz do rio da Campina."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.08.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO N° 062/90

DATA: 30 de agosto de 1990.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Irati, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de GUARAMIRIM.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos

do Art. 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Art. 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no município de Irati, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de GUARAMIRIM.

"1 - Com o município de Rebouças: Começa na ponte da linha férrea sobre o rio Preto, desce por este até a foz do rio Água Quente, sobe por este até o Arroio da Campina.

2 - Com o município de Rio Azul: Começa na foz do Arroio da Campina no rio Água Quente, sobe por este até a foz do rio Taquari, sobe por este até a foz do rio Cachoeira, sobe por este até a sua cabeceira no Cerro do Leão.

3 - Com o município de Inácio Martins: Começa no Cerro do Leão, na Serra da Esperança, segue pela encosta desta até encontrar a linha de alta tensão de energia elétrica da COPEL. 4 - Com o município de

4 - Com o município de Gonçalves Júnior: Começa na Serra da Esperança no ponto de intersecção da encosta com a linha de alta tensão de energia elétrica da COPEL, segue por esta até o rio da Campina, desce por esta até o rio da Campina, desce por este até a sua foz no rio Mato Queimado.

5 - Com o município de Irati: Começa na foz do rio da Campina no rio Mato Queimado, desce por este até a sua foz no rio Preto, desce por este até a ponte da linha férrea, onde iniciou."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.08.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 83.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1990

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Algaci Túlio e Nilton Barbosa.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massig-

nan, Nilton Barbosa, Paulino José Delázari, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno e Sabino Campos (34). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Antônio Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Ferrari Júnior, Homero Oguido, José Alves, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Paulo Furiatti, Rafael Greca, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (20).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados:

(É procedida a chamada nominal)

28 Srs. Deputados responderam à chamada.

Em votação a Ata. - Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o nº 827/90, do Sr. João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando anteprojeto de lei que proceda alterações na remuneração dos funcionários daquele Tribunal, respeitadas as disposições constitucionais, valores e percentuais estabelecidos para os servidores do Poder Legislativo. - Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2254

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam considerados em Regime de Urgência os Projetos de Lei n°s 470 e 498, que, respectivamente, acresce à programação da SEED a importância de Cr\$ 833.410.000,00, para continuidade das ações voltadas ao atendimento do ensino de 1° grau, e que abre créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado até o valor de Crz\$ 3.748.000.000,00, destinados ao atendimento às programações prioritárias desenvolvidas pela Administração Pública Estadual.

Requer, outrossim, a inclusão na Ordem do Dia da sessão plenária do dia 11 de outubro, com a transformação da Assembléia em Comissão Geral, a fim de emitir parecer sobre as matérias em tela.

Sala das Sessões, em 10.10.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2210

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da sessão plenária do dia 19 do corrente mês, com a transformação da Assembléia em Comissão Geral, para emitir parecer ao Projeto de Lei n° 470/90, que acresce à programação da Secretaria de Estado da Educação a importância de Crz\$... 833.410.000,00, para dar continuidade às ações voltadas ao atendimento do ensino de 1° grau no Estado.

Sala das Sessões, em 10.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2249

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 503/90, que doa à Prefeitura de Guaratuba o imóvel pertencente à Companhia Paranaense de Silos e Armazenagem - COPASA, localizado no Distrito de Cubatão, Município de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 10.10.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2251

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final aos projetos

aprovados em 3.ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 10.10.90.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2252

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento de ALDO DE DEUS MARCHIOLI, ocorrido na cidade de Apucarana em 08 de outubro do corrente ano.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares da referida pessoa.

Sala das Sessões, em 10.10.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2253

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do jovem SERGIO ZAVASKI, em acidente ocorrido no município de Cascavel no dia 08 de outubro do corrente ano.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência aos pais da referida pessoa, como consta:

- Sebastião Tadeu Treitny (pai).

- Ilda Zavaski Treitny (mãe).

Rua Francisco Timóteo de Simas, 660

Vila São Paulo

Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 10.10.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2248

Senhor Presidente.

Os Parlamentares que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, Requerem, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Presidente da República, Senhora Ministra da Economia, Presidente do Banco Central e ao Presidente do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - solicitando providências necessárias a uma definitiva solução para o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE.

Sala das Sessões, em 10.10.90.

(aa) Pedro Tonelli, Nereu Carlos Massignan, Haroldo Rodrigues Ferreira, Luiz Carlos Alborghetti, Caíto Quintana, Paulino José Delazeri, Antônio Bárbara, José Rogério Carvalho, Raul Lopes, Nelson Vasconcellos, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Algaci Túlio, Ezequias Losso e Rubens Bueno.

JUSTIFICATIVA:

Já ultrapassa dos 180 (cento e oitenta) dias do levantamento da liquidação extrajudicial do BRDE, pelo Banco Central, sem qualquer definição ao órgão de Fomento Econômico Regional, que permanece com toda sua estrutura paralisada, aguardando uma solução de parte das autoridades federais, ou melhor, dos órgãos superiores, que mantêm o poder de decisão.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 508/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Baía do Rio do Campo - RIOCAM - com sede e foro na Cidade de Campo Mourão.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.10.90.

(a) RUBENS BUENO

Apoio: Irondi Pugliesi, Raul Lopes, Nelson Vasconcellos e Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública é uma associação de direito privado, com finalidades educativas e assistenciais.

Dentro de sua linha de atuação, mantém uma oficina mecânica e um atelier de costura com a finalidade precípua de oferecer treinamento especializado aos jovens da região, melhorando desta forma a qualidade de vida e o desenvolvimento local.

Além destas atividades, presta, ainda, assistência social aos necessitados daquela comunidade.

A uma comunidade que desempenha tão nobres tarefas, nada mais justo que seu reconhecimento como de utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao 1° orador inscrito, Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.
(Lê):

Todos nós lembramos ainda a grande movimentação que teve esta Casa no final de 1989, com o objetivo de salvar o BRDE, vamos porém, rememorar os fatos.

O BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - foi criado em 1961 como uma autarquia interestadual de fomento, ao longo de todos esses anos, desempenhou seu papel com eficiência, tornando-se o maior BD, perdendo apenas para o Órgão-Mãe - o BNDES, atendendo a finalidade pa-

ra que foi instituído, financiou empreendimentos de riscos e de longo prazo em toda a Região Sul, preenchendo, assim, a lacuna deixada pelos bancos privados. São inúmeros os projetos que floresceram e se desenvolveram à sombra do BRDE, foram bilhões de dólares investidos, foi o BRDE, por exemplo, que arriscou e investiu no setor cooperativista, quando ele era ainda apenas uma promessa.

No entanto, em 07 de março de 1989, o Banco Central, alegando discutíveis razões técnicas e após adotar medidas de salvaguarda a outras instituições financeiras, decretou a liquidação extrajudicial do Banco.

Imediatamente, os funcionários mobilizaram-se, alertaram-nos para o problema e nós entramos nessa luta, tudo foi desencadeado por um discurso meu e outro do colega Pessuti, na esteira desses discursos, vieram o Termo de Adesão que praticamente todos aqui assinaram e o Encontro de Florianópolis que reuniu parlamentares dos três estados e representantes de vários segmentos da sociedade. Daí surgiu uma série de estratégias destinadas a promover o levantamento da liquidação extrajudicial, o que só foi concretizado em 14 de março de 1990.

Levantada a liquidação, era de se esperar que o Banco retomasse suas atividades normais, no entanto, o que se viu não foi bem isso. O BRDE passou para um estado de administração compartilhada, permanecendo sob a égide do Banco Central. Normalizou-se o fluxo dos pagamentos aos credores, mas não se normalizou o dos investimentos. Desta forma, nos últimos sete meses, o BRDE pagou mais de 150 milhões de dólares e ainda não investiu nada. Não é preciso ser um economista, nem matemático para perceber quanto a Região perdeu. E não foi por falta de luta. Tanto os funcionários quanto os políticos dos três estados continuamos a nos movimentar, mas os resultados foram poucos.

Chegou, pois, a hora de denunciar: O Governo Federal ignora o problema, numa clara demonstração de descaso pela região, o Banco Central se omite, parecendo-nos não querer assumir responsabilidades e o BNDES, fazendo exigências descabidas, emperra ainda mais a evolução dos fatos, ao ponto de inviabilizar definitivamente o Banco Regional.

Não basta, porém, denunciar, como representantes da sociedade, somos responsáveis pelo patrimônio público. Por isso, quero ir além da denúncia e proponho que se formalize um ofício desta Casa ao Senhor Presidente da República, à Ministra da Economia, ao Senhor Presidente do Banco Central e ao Senhor Presidente do BNDES, mostrando a nossa estranheza diante de

tais fatos e pedindo soluções.

A situação não deve permanecer assim. A Região não pode esperar que as soluções aconteçam. Temos que fazê-las acontecer. Se nos unirmos, teremos forças suficientes para abalar essas estruturas insensíveis que aí estão e obrigar a quem deve que tome as decisões que não prejudiquem os interesses de quem trabalha. Não podemos continuar sendo uma das Regiões que mais produz e receber migalhas em troca. O BRDE é nosso trunfo. Por isso, ele deve ser preservado. As gerações futuras merecem que continuemos a regar a árvore do desenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente não há Oradores inscritos. Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta as Lideranças do PDC, PDS, PDT, PRN, PTB, PFL, PL, PT, PSDB, PMDB, se farão uso do seu horário.

Todas declinam.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 057/89, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação Menonita Beneficente, com sede e foro em Palmeira. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 175/90, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que dispõe sobre o controle comercial da Cola de Sapateiro, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 366/90, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, de Florestópolis, com sede e foro no Município de Florestópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 382/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 117/90), que concede a Maria Rodrigues da Silva, viúva do ex-Prefeito de Jardim Alegre, José Lopes da Silva, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 7.715,52 (Sete mil, setecentos e quinze cruzeiros e cinquenta e dois centavos). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 419/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Grêmio dos Funcionários do Santa Mônica Clube de Campo, com sede e foro no Município de Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N° 419/90

Inclua-se o seguinte artigo no Projeto de Lei n° 419/90:

Art.... - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Amparo ao Menor Nossa Senhora do Monte Claro, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Homero Oguido, Artagão Mattos Leão, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

A documentação que acompanha esta emenda, bem demonstra a justiça, a legalidade e necessidade de se declarar de Utilidade Pública o Centro de Amparo ao Menor Nossa Senhora do Monte Claro.

Emenda- Retirada pelo autor.

Projeto. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 477/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, "post-mortem", ao Deputado Mário Batista de Barros. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 478/90, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que declara de Utilidade Pública Estadual a APAE- Associação dos Amigos dos Excepcionais de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na cidade, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 008/89, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Con-

junto Marechal Rondon- AMCMR, em Curitiba.
Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.
Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 008/89

PARECER:

O Plano de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Rafael Greca de Macedo, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Marechal Rondon de Curitiba.

Não havendo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que possa impedir a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa, está Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO DA MEDIDA PROPOSTA.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente
ALGACI TÚLIO
Relator.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 406/90, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que cria "ad-referendum" do resultado do plebiscito o Município de Yolanda, desmembrado do Município de Ubiratã, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 406/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, tem por finalidade criar "ad-referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Yolanda, com as divisas que especifica.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida, consubstanciada na vontade da comunidade interessada.

Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Nessas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente
RAUL LOPES
Relator.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 450/90, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que autoriza o Poder Executivo a doar a Associação Nacional Anti-Drogas, área conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por

artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 450/90

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Algaci Túlio, visa autorizar o Poder Executivo a doar a Associação Nacional Anti-Drogas, área situada no Município de Curitiba, no bairro do Bagacheri, com aproximadamente 198.776,00 m².

Analisada a matéria, constatamos não haver qualquer óbice legal, constitucional ou regimental que possa obstar a normal tramitação da mesma por esta Casa de Leis. É o parecer.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente
EZEQUIAS LOSSO
Relator.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 452/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 148/90), que autoriza a abertura de Crédito Suplementar ao Orçamento Próprio da Fundação Teatro Guaíra- FTG, aprovado pela Lei n° 9.173, de 27 de dezembro de 1989, no valor de Cr\$ 25.865.373,00 (vinte e cinco milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e três cruzeiros), na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 452/90

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo do Poder Executivo através da Mensagem Governamental n° 148/90, tem por finalidade autorizar a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Próprio da Fundação Teatro Guaíra- FTG, aprovado pela Lei n° 9.173, de 27.12.89, no valor de Cr\$ 25.865.373,00 (vinte e cinco milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e três cruzeiros), na forma que especifica.

Sob o aspecto legal e constitucional não há óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes deste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente
ALGACI TÚLIO
Relator.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 483/90, de autoria do Tribunal de Justiça

(Ofício n° 64/90), que reajusta os níveis de vencimentos dos cargos efetivos do Poder Judiciário em 43% (quarenta e três por cento), a partir de 1° de setembro de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 483/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n° 64/90, visa reajustar os níveis de vencimentos dos cargos efetivos do Poder Judiciário em 43% (quarenta e três por cento), a partir de 1° de setembro de 1990.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, não há nenhum óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 484/90, de autoria do Tribunal de Justiça (Ofício n° 65/90), que fixa os níveis de vencimentos dos cargos em comissão do Poder Judiciário, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, Artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 484/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do Tribunal de Justiça do Paraná, Ofício n° 65/90, visa fixar os níveis de vencimentos dos cargos em comissão do Poder Judiciário, conforme especifica.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, não há nenhum óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 485/90, de autoria do Tribunal de Contas (Mensagem n° 814/90), que reajusta os ní-

veis de vencimentos dos cargos efetivos pertencentes ao Quadro Próprio do Tribunal de Contas do Estado, em 43% (quarenta e três por cento) a partir de 1° de setembro de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 485/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Ofício n° 814/90, visa reajustar os níveis de vencimentos dos cargos efetivos pertencentes ao Quadro Próprio do Tribunal de Contas do Paraná, em 43% (quarenta e três por cento), a partir de 1° de setembro de 1990.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, não há óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 78/90, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Toledo, para que a população decida sobre a criação do Município de NOVO SARANDI. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 78/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Sabino Campos, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito no Município de Toledo, para que a população decida sobre a criação do Município de NOVO SARANDI.

O projeto em tela atende ao disposto no Art. 19, § 1°, II, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 09.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PIRAJÁ FERREIRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a

mesa, requerimento de nº 2251, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2249, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2248, de autoria dos Srs. Deputados José Rogério Carvalho, Pedro Tonelli, Nereu Carlos Massignan e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2210, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2252 e 2253, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2254, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. -

Requerimento de nº 2245, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. - Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu solicito que seja adiado na forma regimental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Matéria de preferência não pode ser adiada.

O SR. PEDRO TONELLI - Esta Presidência está usando dois pesos e duas medidas. Todos os requerimentos, quando foram pedidos para discutir por qualquer Deputado, foram adiados para o dia seguinte, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não matéria constante de projeto de lei, só matéria de requerimento normal, esta Presidência não tem lembrança de ter adiado votação de requerimento neste sentido. Vou submeter a votos.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Caíto Quintana, que solicita regime de urgência de Comissão Geral para o Projeto e Mensagem Governamental nº 169/90, queiram conservar-se como estão.

O SR. PEDRO TONELLI - Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ... rejeitado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) A Mesa definiu o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Rejeita

do o requerimento, Vossa Excelência pode ...

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Eu solicito de Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu solicito aos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

13 Senhores Deputados aprovam o requerimento. Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, Vossa Excelência poderia orientar a Bancada a respeito do conteúdo do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Rejeitado o requerimento.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência procedesse a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A verificação já foi feita.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Vossa Excelência não determinou o número de votos da Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 13 votos a favor e 15 contra.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, tudo bem, mas Vossa Excelência há de convir que Vossa Excelência não conferiu os votos ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu não sei falar em latim, mas em Português a lei não protege quem dorme.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, na questão de ordem anterior, eu pedi para Vossa Excelência que declinasse, para orientação, o objetivo do requerimento, obviamente Vossa Excelência só faria a conferência dos votos, a favor, posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência defende as suas cores com muito brilho, mas, infelizmente, o outro lado tem maior número de Deputados.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Tudo bem, só que eu gostaria que somando os "a favor" e os "contra" nós constatássemos quantos votos ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento foi rejeitado, foi 13 pela aprovação e 15 pela rejeição.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns.

08/89, 406, 450, 452, 483, 484 e 485/90.

e do Projeto de Resolução n. 78/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 65, 153 e 164/89, 207, 304, 395, 457, 462, 482, 490 e 503/90.

e do Projeto de Resolução n. 56/90.

Levanta-se a sessão.